

MEIO AMBIENTE E A RECONSTRUÇÃO DO PASSADO

Suely Romero, Dip. RSA (Universidade Estácio de Sá, campus Jacarepaguá)

RESUMO. Este artigo propõe uma reflexão sobre a pertinência de uma inclusão dialética do ambiente natural nas análises históricas em substituição às interpretações que o consideram como mero cenário ou pano de fundo. Face aos riscos e calamidades ensejados pela aceleração das alterações climáticas, a atenção do historiador e do professor de História, em todos os níveis de escolaridade, volta-se cada vez mais para a tentativa de compreensão do entrelaçamento desses fenômenos na formação das sociedades.

A iminência da questão ambiental. As calamidades ditas naturais, pegando desprevenidas as populações pela imprevisibilidade e violência inusitada das chuvas, secas, furacões, deslizamentos de terra, soterramentos, tsunamis, não mais permitem fechar os olhos às questões ambientais nem descartá-las como acidentes isolados. Caminha-se celeremente para o estabelecimento de uma compreensão sistêmica dos fenômenos naturais, cujo efeito destrutivo encontra na ação humana um fator nada desprezível, se não catalisador.

Arthur Soffiati (2008) lembra que, na história do planeta, houve crises diversas com um espectro de magnitudes igualmente variadas, do ínfimo ao apocalíptico, muitas delas provocadas pelas sociedades humanas ou antropossociedades. No entanto, adverte o autor, a crise ambiental hoje enfrentada distingue-se das anteriores por seu ineditismo: é a primeira crise da história da Terra ao mesmo tempo humana, isto é, antrópica, e de dimensão planetária. Ou seja, é a primeira produzida por uma espécie atuando coletivamente em sistemas econômicos a atingir amplitude global.

É claro que a evolução das sociedades gera transições mais impactantes de tempos em tempos. Um exemplo na História é a passagem da sociedade de caçadores/coletores para a sociedade agrícola, com a destinação de áreas antes “selvagens” ao plantio de determinadas espécies vegetais e à extirpação das indesejáveis. Por outro lado, o metabolismo social tem o poder de influenciar a biodiversidade de várias maneiras: outras espécies perdem a competição com o homem, o meio torna-se poluído, novas

oportunidades e nichos se criam a expensas de outros, como ocorre com plantas e animais domesticados. Além disso, a estratégia de colonização humana pode intervir nos ecossistemas (biótopos), organismos, populações ou na própria evolução (FISCHER-KOWALSKI, 2007).

A fragmentação do conhecimento e a especialização, ainda vigentes, alimentaram a ilusão de que história humana e história natural são campos de conhecimento independentes.

Para os clássicos das ciências sociais, as sociedades humanas estavam, portanto, fora ou acima da “história natural”, ou do “tempo geológico” adotado a duras penas no estudo dos fatores vivos e mortos da natureza (DRUMMOND, 1991, p.3).

Como explica Drummond (1991), existe, no entanto, um motivo bastante forte para a rejeição tradicional das ciências sociais a tudo o que pudesse evocar os determinismos geográficos e sociais do século XIX, incluindo os reducionismos decorrentes de uma temida filiação da cultura à biologia ou a qualquer outra ciência natural, inclusive à ecologia.

A ecologia também surgiu na segunda metade do século XIX. Com relação à maioria das outras ciências naturais, a ecologia nasceu tarde e este atraso se deveu substantivamente a duas razões: no plano do pensamento havia a necessidade de uma verdadeira revolução nos paradigmas das ciências naturais e, em particular, das ciências da vida; no plano histórico-social, que ocorresse o desenvolvimento da sociedade industrial, com os entusiasmos e a euforia de domínio sobre a natureza, e também com os consequentes problemas causados pela expansão das indústrias (GIULIANI, 1998, s/p.)

É preciso conceder, assim, que, em grande parte, esse afastamento se deu para marcar um distanciamento proposital das versões preconceituosas e seculares da influência do clima sobre o caráter dos povos e outros absurdos (WORSTER, 1992).

Essas teorias deterministas da época vitoriana, porém, ainda repercutem nas matrizes intelectuais em nosso país, alimentando preconceitos os mais diversos. Para citar um exemplo, aplicações interpretativas desse porte encontraram defensor ardente no celebrado autor de *Os Sertões* (1902), Euclides da Cunha (1866-1909), que assim explicava os efeitos da grande diversidade climática do país sobre seus habitantes: para ele, o calor amazônico deprime e exaure, criando uma evolução regressiva nos

indivíduos, traduzida em mínima fortaleza moral; o sul, mais temperado, permitiu o estabelecimento dos tipos “superiores”, em contraste com o “selvagem bronco”, dando origem ao paulista, dotado de autonomia, espírito de aventura, rebeldia, liberdade, verdadeiro dominador da terra (SANTOS, 1998). Nesse entender, o sulista, intrépido e audaz, cujo atiramento afrontaria todas as barreiras, seria o único com poder e disposição para esmagar quilombos (“grosseira odisséia”) e focos de resistência indígena (“bárbaro”), vistos pelo autor como manifestações perigosas, rudes ameaças à civilização. Quanto ao nortista, o clima se encarregaria de enfraquecê-lo física e moralmente.

Quando as correrias do bárbaro ameaçavam a Bahia, ou Pernambuco, ou a Paraíba, e os quilombos se escalonavam pelas matas, nos últimos refúgios do africano revoltoso - o sulista, di-lo a grosseira odisséia de Palmares, surgia como o debelador clássico desses perigos, o empreiteiro predileto das grandes hecatombes.

É que o filho do Norte não tinha um meio físico que o blindasse de igual soma de energias. [...] Apertados entre os canaviais da costa e o sertão, entre o mar e o deserto, num bloqueio engravecido pela ação do clima, perderam todo o apuro e este espírito de revolta, eloquentíssimo, que ruge em todas as páginas da história do Sul (EUCLIDES DA CUNHA, 1903, s/p., grifo nosso).

O historiador ambientalista americano Donald Worster (1992) propõe uma estratégia mais aceitável no lugar das versões desse tipo, que considera ridículas e risíveis: a noção de uma natureza em dialética infundável com a história humana, ambas entrelaçadas numa espiral dinâmica de desafio-resposta-desafio, um processo contínuo e recíproco de constituição e transformação. Para tal, recomenda o autor, é preciso se apropriar do conceito complexo da moderna ecologia, em que a natureza se define por uma impressionante e complexa interação das diversas espécies (entre as quais a humana), elaborada num ciclo de interdependência e reciprocidade.

Nesta perspectiva, fala-se na desertificação do homem contemporâneo (UNGER, 2001), resultado de uma dinâmica ainda prevalecente em que a humanidade se entende na razão direta de sua capacidade de dominar e escravizar a natureza, e, em graus diversos, o próprio homem. Trata-se de uma tirania pautada na redução de todos os seres (inclusive o homem) à condição de objetos cujo único valor é o lucro que podem produzir. Entre seus efeitos mais destrutivos, computa-se a descarga de cerca de 500 bilhões de toneladas de carbono na atmosfera pela sociedade industrial desde a segunda

metade do século XVIII. E o que é mais alarmante: o que levou 250 anos deve atingir no futuro próximo (menos de 40 anos) o dobro (BRAHIC, 2009).

A história ambiental, também chamada Eco-História, é bem mais que uma história da paisagem. Sobre esta já havia recorrido o Professor Francisco Carlos Teixeira da Silva no capítulo 8 da obra de referência *Domínios da História* (DA SILVA, in: CARDOSO; VAINFAS, 1997). A história ambiental constitui um novo domínio, que examina as relações das sociedades humanas com a natureza ou ambiente (SOFFIATI, 2008, p. 13). Cabe aqui reproduzir mais uma vez a citação já clássica do historiador francês Emmanuel Le Roy Ladurie (1929-), encontrada em diversos textos sobre o assunto, para explicar como a Natureza se converte em Sujeito da investigação histórica:

A história do ambiente agrupa temas os mais antigos e os mais novos da historiografia contemporânea: evolução das epidemias e do clima, estes dois fatores sendo parte integrante do ecossistema humano; série de calamidades naturais agravadas pela imprevidência ou mesmo pela absurda “boa vontade” caricaturada da colonização; destruição da Natureza, provocada pela pressão demográfica e (ou) pelos predadores do sobreconsumo industrial; emanações de origem urbana e manufatureira, que conduziram à poluição do ar e da água, perturbação física, humana ou sonora do espaço das cidades em período de urbanização galopante (LE ROY LADURIE, 1974, apud SOFFIATI, 2008, p. 13. Epígrafe)

Saltam aos olhos, na explanação, as referências tanto à antiguidade como à atualidade dos temas ambientais, com especial destaque para a intervenção humana predatória, decorrente do sobreconsumo industrial, das emanações nocivas e de todo tipo de poluição.

Questões epistemológicas: o evanescer do sonho antropocêntrico. Em seu estudo sobre manguezais e conflitos sociais no Brasil Colônia (2004), Soffiati sintetiza as três posturas do europeu face ao que chama de natureza não-humana, construída antes mesmo da colonização das Américas: uma, hegemônica desde os séculos XIV-XV e marcada pelas versões beneditina e calvinista do cristianismo, preconizava a antropização – isto é, modelagem em função do homem - de todo ecossistema nativo; a segunda, típica das sociedades tradicionais, admitia a finitude e escassez dos recursos naturais e pregava seu uso racional, evitando uma exploração destruidora; e a terceira defendia uma intervenção mínima, postura esta herdeira de outra tradição cristã que subsistiu esquecida, mas a única que realmente forma uma antítese com a primeira.

Pelo prisma histórico, as três posturas coexistem, opõem-se, competem e complementam-se secularmente. É de se salientar, todavia, que a primeira atitude, que denominaremos de exponencialista, cresceu a partir do século XV no interior do mundo ocidental e ulteriormente constituiu-se num dos traços mais marcantes da ocidentalização do planeta. Mesmo num contexto de crise da Modernidade, da qual ela é elemento constitutivo, seu vigor ainda se faz sentir na megatecnologia e nas megarrealizações. A terceira, denominada de organicista contemporânea, cresce a pouco e pouco, mas encontra fortes resistências ao seu avanço. A segunda, chamada de compatibilista, busca conciliar os princípios de uma exploração desenfreada da natureza com o princípio de sua proteção ótima (SOFFIATI, 2004, p. 9).

Não há dúvida de que se assiste hoje a esse choque aberto de paradigmas inconciliáveis, fonte de ativismo político e social. O filósofo norueguês Arne Naess (1912-2009) já estabelecia em 1973 uma resposta contundente à visão de mundo predominante. No âmbito de saberes que chamou de “Ecologia Profunda”, a natureza abandona seu papel de recursos para utilização humana e ganha um valor intrínseco. Os seres humanos não podem mais ser considerados superiores aos demais seres vivos, mas recolhem-se a um pé de igualdade com as demais espécies. Uma nova perspectiva de crescimento se impõe, não mais atrelado ao crescimento econômico e material: busca agora objetivos maiores de auto-realização dentro de uma utilização criteriosa, cuidadosa e responsável dos recursos materiais. À ilusão de recursos infindáveis do planeta contrapõe-se a consciência de sua limitação e temíveis consequências pelo seu esbanjamento. Ao endeusamento da tecnologia, à que se confere uma função salvadora e corretora de todos os desastros ambientais, sucede a noção de uma tecnologia apropriada ao tamanho das necessidades (ou seja, necessidades **reais**, em contraposição a **supérfluas**). Está implícita neste pensamento uma posição não totalmente dominante da ciência na vida dos povos, abrindo-se espaço para os demais **saberes**. O consumismo, com seus desvarios psicológicos e sociais, cai para dar lugar à fabricação do necessário, à inclusão e à reciclagem. Em contraponto a uma comunidade nacional centralizada (ou mesmo globalizada), ganham reconhecimento as biorregiões e as tradições das minorias (NAESS, 1973, apud GOLDIM, 1999).

Naess distingue a ecologia superficial da ecologia profunda, que chama de radical porque vai à raiz dos problemas: enquanto a ecologia superficial luta apenas contra a poluição e o esgotamento dos recursos da natureza, visando não mais que o bem estar dos países hegemônicos, a ecologia profunda defende uma nova práxis que integra o homem no conjunto da natureza, desmontando o mito de ser especial dotado de direitos exclusivos e destronando-o desse pedestal em favor do que chama de igualitarismo

biosférico (CAFÉ, 2009, s/p.). Nas palavras do próprio Naess, precisamos de tipos de sociedades e comunidades que se comprazam nos valores criativos do equilíbrio em vez da glorificação do crescimento e nas quais a convivência com outros seres vivos é mais importante do que sua exploração ou matança. Critica severamente o conceito de progresso que se mede pelo índice de consumo de energia e pela aquisição e acumulação de bens materiais. Adverte para a fala dos políticos e técnicos que apresentam demandas do mercado, como a de aumento de energia, como se fossem necessidades humanas e erroneamente tratam padrão de vida e qualidade de vida como se fossem sinônimos. Na realidade, muitas dessas necessidades são inventadas por processos que exigem altos investimentos da energia mental disponível e cujo único objetivo é induzir ao aumento do consumo. E, argumenta Naess com flagrante realismo, os privilégios do consumo são reservados a certas regiões porque não se objetiva uma afluência semelhante na África, Ásia ou América Latina. O desenvolvimento dessas áreas causaria uma verdadeira catástrofe ambiental de dimensão planetária (NAESS, 1989, p. 24-25).

O professor e historiador britânico Stephen Mosley (2006), pesquisador da poluição atmosférica e autor de uma obra, entre outras, que trata da história da poluição do ar na Manchester vitoriana e eduardiana (*The Chimney of the World: A History of Smoke Pollution in Victorian and Edwardian Manchester*, 2008), propõe a integração da história social e ambiental, destacando os pontos de união entre elas e dando exemplos de pesquisas já levadas a cabo nesse sentido. As múltiplas interconexões entre os dois mundos, que a tradição científica via separadamente, apagam cada vez mais as fronteiras disciplinares. Mosley cita Joel Tarr (1913-2002), cujo estudo do fluxo de recursos e produção de dejetos, bem como os dramáticos impactos da vida urbana no meio ambiente mais vasto, associou as cidades modernas a organismos parasitas, dependentes do campo para tudo, desde água potável, ar puro, alimentos frescos, combustíveis fósseis e materiais de construção até a remoção e depósito de seu lixo insalubre.



Fonte: ALFRED, 18/07/2008

Figura 1: Poluição do ar em Manchester. Gravação em metal de Edward Goodall (1795-1870) a partir de um quadro de 1852 pintado por William Wyld (1806-1889).

Outro exemplo, dentre os muitos apresentados por Mosley, é a obra sobre lixo/desperdício e necessidade/carência (*Waste and Want*, 1996), de Susan Strasser, que mostra como, até os primeiros anos do século XX, o lixo doméstico era visto pelos contemporâneos como itens potencialmente valiosos para reutilização. Na verdade, a reciclagem era parte da rotina diária da família: panos velhos tornavam-se tapetes e colchas; fazia-se sopa das sobras de alimentos; objetos quebrados eram recuperados por alguém habilidoso; e, nas regiões frias, o que não tinha mais conserto queimava-se na lareira ou no fogão. A invasão dos descartáveis, porém, erodiu os valores de economia e frugalidade, fazendo com que as residências e as cidades como um todo se tornassem um sistema aberto com enorme custo ambiental. Mosley conclui que a história social tem muito a contribuir aos debates ambientais, sobretudo quanto às maneiras pelas quais o poder, os recursos e os riscos foram e continuam sendo desigualmente distribuídos pelas camadas sociais tanto no meio urbano quanto rural.

No Brasil, pesquisas, dissertações de mestrado e teses de doutorado no campo das chamadas humanidades vêm avançando sempre mais no aprofundamento das questões ambientais. A noção de apropriação das benesses da produção e consumo por setores

privilegiados em cada país e no mundo é abordada também por Mônica Aparecida Grossi, doutoranda em Serviço Social, que assim conceitua a crise ambiental:

Consideramos que a chamada crise ambiental, que se apresenta através de problemas como a pilhagem, degradação e destruição ambiental, é a expressão visível do que consideramos como questão ambiental, a qual é intrínseca a uma sociedade de classes, estruturalmente desigual, envolvendo sujeitos antagônicos, que condiciona e restringe as possibilidades de apropriação, domínio e uso dos bens ambientais. Desta forma, afirmamos e defendemos que o antagonismo destes sujeitos nesta questão constitui o seu caráter eminentemente político (GROSSI, 2009, p. 33-34).

Novos espaços na historiografia: exemplos. As questões ambientais encontram um infindável terreno na História Local e Regional. No caso do Brasil, há que se considerar tanto a força da visão iluminista de recursos naturais infinitos como o sentimento de natureza opressora que, por sua pujança e resistência à domesticação pelo homem, se opunha ao grande paradigma então concebido no período imperial, a chamada ação civilizadora, o “fardo do homem branco”, título de um poema de Kipling transformado em justificativa do imperialismo dos noventa, como mostra a ilustração abaixo publicada em *The Journal*, Detroit, 1923.



Fonte: WIKIPEDIA, 19/6/2010

Figura 2: O fardo homem branco

Bublitz (2006) empreendeu uma pesquisa sobre o desmatamento civilizador no Rio Grande do Sul acarretado pela imigração europeia entre 1824-1924. Se, de um lado, a região ganhou uma diversidade étnica mais rica, o impacto ecológico foi devastador: a caça indiscriminada de animais silvestres, a exploração madeireira e a agricultura à base de queimada destruíram as densas florestas típicas do Brasil localizadas nas vertentes

dos planaltos, ao passo que a estrada de ferro fez recuar a população indígena. A autora enfatiza assim que toda questão ambiental é também social, e vice-versa. Bublitz chama “enxamagem” a esse processo de expansão colonial, deixando atrás de si solos imprestáveis pela “técnica do fósforo”, processo característico da atividade agrária nacional ainda hoje e que na época analisada era a forma de que se valiam os colonos para realizarem o sonho de transformar a “Rainha do Mato” na “Rainha do Trigo”. Pelo braço do colono, machado armado contra a floresta, a civilização venceria enfim. O “progresso”, explica a autora, não combinava com o caos da selva: tinha que se implantar a ordem, a racionalidade, a engenhosidade do homem civilizado. Inculta era a terra; incivilizado, o selvagem a ela integrado, visto como preguiçosamente acomodado. Juntamente com os negros e caboclos, passam os indígenas a ser penalizados como “intrusos” e indesejáveis em um novo cenário, marcado pela prática desmedida de queimadas, pela exaustão da terra e por uma busca constante e insaciável de novas paragens, em que pese ter sido a colonização calcada na pequena propriedade familiar, processo ainda presente em nossos dias, agravado pela utilização dos defensivos agrícolas e químicas diversas da chamada “revolução verde” (BUBLITZ, 2006).

Atenção, porém. Sendo uma seara nova, a história ambiental presencia uma movimentação ativista que pode radicalizar e simplificar questões de natureza complexa. A própria erudição corre riscos ao se apoderar de bandeiras simplistas e exercer um julgamento, mesmo que implícito, sobre atividades humanas superficialmente investigadas, servindo antes a propósitos de dominação do que ao desenvolvimento científico ao tentarem confirmar novos mitos que segregam as populações trabalhadoras e as penalizam por supostos danos ambientais. Antonio Carlos Diegues (2001) já alertou quanto à conceituação de parques naturais que exclui as populações tradicionais de seus territórios. Outro exemplo é fornecido por Livia Barbosa (1991) em seu estudo sobre o garimpo:

O termo *santuário* não é usado de forma aleatória pelos grupos ambientalistas nem pela sociedade como um todo. É indicativo da atribuição de um status *sagrado* por oposição a um *profano*. No seu interior guarda-se, ou melhor, resguarda-se aquilo que se quer manter intocado ou fora de alcance das mãos profanas (BARBOSA, 1991, p. 6, grifo nosso).

O estudo da exploração humana dos manguezais no Brasil Colônia (SOFFIATTI, 2004) oferece igualmente um campo de reflexão sobre a ligação íntima entre a atividade econômica, impacto ambiental e conflitos sociais. A princípio desprezado pelos

européus como insalubre e cheio de miasmas malignos, esse ecossistema, que presta serviços de suma importância para o equilíbrio ambiental e a manutenção da vida, ganha interesse político e social, sobretudo a partir de sua utilização pelos senhores do açúcar para lenha de engenho e olaria, destruindo sua capacidade de fonte de alimento e remédios para os pobres, notadamente os escravos.

A documentação produzida no século XVIII, conquanto escassa, mostra mais a presença das camadas dependentes de uma economia extrativista de subsistência e os conflitos sociais gerados no processo de apropriação dos manguezais. A correspondência trocada entre governadores, intendentes e câmaras municipais da Bahia alude a pescadores e coletores, ora pendendo para o lado do grande extrativismo vegetal, que beneficiava interesses poderosos, ora para o lado do extrativismo animal, via de regra praticado por pessoas pobres (SOFFIATTI, 2004, p.14).

Considerações finais. O tema ambiental é vasto e não pode mais ser ignorado pelos pesquisadores e estudiosos em todos os campos do saber. Este artigo valeu-se de trabalhos de fácil consulta, pois a maioria encontra-se disponível nas páginas da Internet. Representam eles próprios portas abertas ao aprofundamento das questões e uma inspiração a professores que desejem investigar o seu entorno com seus alunos, contribuindo para maior conscientização do tema e da arena que constitui de embate entre paradigmas científicos e consequentes leituras desses fenômenos.

No que tange ao conhecimento histórico, fica o desafio aos alunos e mestres de se proceder a uma análise crítica dos livros didáticos do ensino fundamental e médio num trabalho de verificação da existência ou não de uma contextualização ambiental além da cultural, econômica e social, e de que formas esta poderia ser inserida. Já existem muitas fontes de informação nesse sentido, requerendo, para sua utilização, vencer formatações mentais anteriores que teimam em reduzir os quadros explicativos a padrões preestabelecidos, capazes de filtrar nossas percepções e distorcer a atenção e o foco sobre o objeto de estudo.

REFERÊNCIAS

- ALFRED, Randy. July 18, 1876: Royal Commissioners Wrinkle Their Noses. 07.18.08. In: **WIRED**. Disponível em: <http://www.wired.com/science/discoveries/news/2008/07/dayintech_0718#>. Acesso em: 27 jun. 2010.
- BARBOSA, Livia. Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n.8., 1991, p. 229-243. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2320>>. Acesso em: 27 jun.2010.
- BRAHIC, Catherine. Humanity's carbon budget set at one trillion tonnes. **New Scientist**. Environment, 18:00 29 April 2009. Disponível em: <<http://www.newscientist.com/article/dn17051-humanitys-carbon-budget-set-at-one-trillion-tonnes.html>>. Acesso em: 30 abr. 2009.
- BUBLITZ, Juliana (UFRJ). Desmatamento civilizador: a história ambiental da colonização européia no Rio Grande do Sul (1824-1924). **III Encontro da ANPPAS** 23 a 26 de maio de 2006 Brasília- DF. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA604-01032006-134852.PDF>. Acesso em: 05 maio 2009.
- CAFÉ, Carlos. Pensar como uma montanha. Janeiro 19, 2009. In: **Centro de Estudos Ambientais**. Disponível em: <<http://centrodeestudosambientais.wordpress.com/category/arne-naess/>>. Acesso em: 09 maio 2010.
- DA CUNHA, Euclides. Os Sertões. 2. ed. 1903. In: **Literatura Brasileira**. Textos literários em meio eletrônico. Disponível em: <<http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/sertoes.html#terra III>>. Acesso em: 08 maio 2010.
- DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. História da Paisagem. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/17202119/Dominios-Da-Historia-ensaios-de-teoria-e-metodologia-Ciro-Flamarion-Cardoso-e-Ronaldo-Vainfas>>. Acesso em: 08 maio 2010.
- DIEGUES, Antonio Carlos (USP). **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, USP, 2001.
- DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4 , n. 8, 1991, . 177-197. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2319>>. Acesso em: 27 jun.2010.
- FISCHER-KOWALSKI, Marina. **Socio-ecological transitions in human history and present, and their impact upon biodiversity**. Disponível em: <http://www.pik-potsdam.de/infodesk/education/alternet/programme/11-09.2007/fischer-kowalski/summary_fischer-kowalski_malaak.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2009.
- GIULIANI, GIAN MARIA. Sociologia e Ecologia: um diálogo reconstruído. **Dados** vol 41 n/ 1 Rio de Janeiro 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581998000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 27 jun.2010.
- GOLDIM, José Roberto. Ecologia Profunda.1999. In: **Bioética e Ética na Ciência**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/bioetica/ecoprof.htm>>. Acesso em: 08 maio 2010.
- GROSSI, Mônica Aparecida. Capitalismo e questão ambiental: contribuições da tradição marxista. **Libertas**, Juiz de Fora, v.3, n.2, p. 33 - 56, jul / 2009 – ISSN 1980-8518. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistalibertas/files/2010/01/artigo03_7.pdf>. Acesso em 10 maio 2010.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. Histoire et environnement. **Annales: Économies, Sociétés, Civilisations**, n. 3, mai-juin 1974, apud SOFFIATI, A. Algumas palavras sobre uma teoria da eco-história. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p. 13-26, jul./dez. 2008. Editora UFPR. Disponível

em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/viewFile/13420/9046>>. Acesso em: 14 abr. 2009.2008, p. 13.

MOSLEY, Stephen. Common ground: integrating Social and Environmental History. **Journal of Social History**. Vol 39, Number 3, Spring 2006. Disponível em: <http://muse.uq.edu.au/journals/journal_of_social_history/summary/v039/39.3mosley.html>. Acesso em: 20 nov. 2009.

NAESS, Arne. The shallow and the deep, long-range ecology movements: a summary. *Inquiry* 1973;16:95:100. Apud GOLDIM, JOSÉ Roberto (Professor). Ecologia Profunda. **Portal de Bioética**, 1997-2009. Disponível Em: <<http://www.ufrgs.br/bioetica/ecoprof.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2009.

_____. Ecology, community and life style. Tradução: David Rothenberg. U.K.: Cambridge University Press, 1989. In: **Google Books**. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=egGtPctMg8UC&pg=PA12&lpg=PA12&dq=Arne+Naess+1973&source=bl&ots=1LeLc1OxSE&sig=wyak3OF5_3KWUFx-XinhTk7kgWo&hl=pt-BR&ei=OPmS5eOOpCru>. Acesso em: 09 maio 2010.

SANTOS, R.V. A obra de Euclides da Cunha e os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século xx: *Os sertões* e a medicina-antropologia do Museu Nacional. **História, ciências, saúde - Manguinhos** vol. V (suplemento), 237-254 julho 1998. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701998000400013&script=sci_arttext>. Acesso em: 08 maio 2010.

SOFFIATI, Arthur (UFRJ/UFF). Manguezais e conflitos sociais no Brasil Colônia. **Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. Indaiatuba: ANPPAS, 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT16/gt16_arthur_soffiati.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2010

_____. Algumas palavras sobre uma teoria da eco-história. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p. 13-26, jul./dez. 2008. Editora UFPR. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/viewFile/13420/9046>>. Acesso em: 14 abr. 2009.

THE WHITE MAN'S BURDEN. **Wikipedia**. 19 June 2010. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/The_White_Man's_Burden>. Acesso em: 7 jun. 2010

UNGER, Nancy Mangabeira. A desertificação do homem. **Linhas Críticas**. Revista da Faculdade de Educação. Universidade de Brasília – UnB. Volume 7, Número 13, jul.-dez. 2001, p. 175-182. Disponível em: <<http://www.fe.unb.br/linhascriticas/artigos/n13.html>>. Acesso em: 01 maio 2009.

WORSTER, Donald. Rivers of Empire: water, aridity, and the growth of the American West. Oxford University Press, 1992. In: **Google Books**. Disponível em: <<http://books.google.com/books?id=2Wrdrt662lYC&printsec=frontcover&dq=Rivers+of+Empire&hl=pt-BR#v=onepage&q=&f=false>>. Acesso em: 25 abr. 2009.